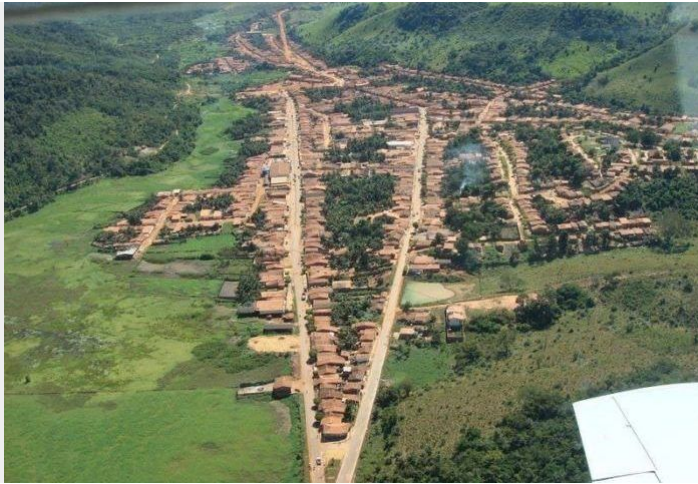


## EM ARAME: JUSTIÇA CONDENA ADVOGADO A 7 ANOS DE PRISÃO POR DESVIAR DINHEIRO DE IDOSOS, ANALFABETOS E INDÍGENAS

*Posted on 15/06/2026 by Minuto Barra*



Segundo a sentença, o advogado utilizou sua posição profissional para levantar valores de 25 alvarás judiciais e acordos homologados pertencentes a clientes em situação de extrema vulnerabilidade.

**Category:** [Notícias](#)

# MINUTO BARRA

A Justiça do Maranhão através da comarca de Arame condenou o advogado Wender Lima de Lima a sete anos e quatro meses de reclusão em regime inicial fechado pelo crime de apropriação indébita majorada pelo exercício da profissão. A sentença foi proferida no último dia 4 de junho pelo juiz Calleb Mariano Ribeiro, da Comarca de Arame, em ação penal movida pelo Ministério Público do Maranhão (MPMA), por meio da Promotoria de Justiça do município.

Além da condenação principal, o réu também recebeu pena de 11 meses de detenção pelos crimes de falsidade ideológica e fraude processual qualificada. A decisão judicial ainda determinou o pagamento de R\$ 207.866,50 a título de reparação mínima pelos prejuízos causados às vítimas. A denúncia foi apresentada pelo promotor de Justiça Felipe Augusto Rotondo, responsável pela investigação do caso.

Segundo o Ministério Público, o advogado utilizou sua posição profissional para levantar valores de 25 alvarás judiciais e acordos homologados pertencentes a clientes em situação de extrema vulnerabilidade, incluindo pessoas idosas, analfabetas e indígenas da etnia Guajajara. As investigações apontaram que ele realizou saques e transferências dos recursos para suas próprias contas bancárias, apropriando-se integralmente dos valores que deveriam ser entregues aos representados.

A apuração também revelou que, ao tomar conhecimento das investigações, o advogado teria tentado dificultar a ação da Justiça apresentando documentos falsos para simular a quitação dos débitos com os clientes. Conforme a denúncia, assinaturas foram colhidas em folhas em branco sob falsos pretextos e posteriormente utilizadas para elaborar declarações fraudulentas. Para o promotor Felipe Rotondo, a atuação do Ministério Público teve como prioridade garantir a responsabilização do acusado e proteger vítimas que já se encontravam em condição de severa vulnerabilidade social.